



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI 119/2025

PARECER DE 2º TURNO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

1. De autoria do vereador Arruda, o Projeto de Lei nº 119/2025 *"dispõe sobre a política pública de combate à alienação parental no Município de Belo Horizonte e dá outras providências"*.
2. Aprovado em 1º turno pelo Plenário desta Casa e tendo recebido emendas, passa agora pela análise desta Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, para exame de mérito.

FUNDAMENTAÇÃO

3. O art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte ("RICMBH"), em seu inciso VIII, alínea "g" estabelece que compete a esta Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor a análise de mérito quanto aos assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania, aos assuntos atinentes à assistência social e aos assuntos relativos à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa com deficiência e aos grupos sociais minoritários, constata-se que as emendas apresentadas se referem ao assunto que tange à esta Comissão.
4. O RICMBH estabelece, ainda, que:

Art. 110 - Aprovada em primeiro turno, a proposição a que tiverem sido apresentadas emendas será encaminhada às comissões competentes para receber parecer em segundo turno.

PROTOCOLIZADO CONFORME
PORTARIA Nº 21.902 / 2024
Data: 09/02/26
Hora: 14:15



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Parágrafo único - Os pareceres em segundo turno versarão exclusivamente sobre as emendas apresentadas.

5. Neste sentido, o presente parecer tem objetivo de analisar exclusivamente as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 119/2025, no que tange ao mérito relacionado à competência desta Comissão.

6. Ao Projeto de Lei 119/2025 foram recepcionadas quatro emendas:

- A **SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 01**, de autoria do vereador BRUNO MIRANDA;
- A **SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 02**, de autoria da vereadora CIDA FALABELLA, acrescenta o § 2º ao art. 1º, confere nova redação no caput do art. 2º, e suprime os arts. 3º e 4º do Projeto;
- A **EMENDA ADITIVA Nº 03**, de autoria do vereador Uner Augusto, que acrescenta o § 2º ao art. 1º; e
- A **EMENDA Nº 04**, de autoria do vereador Uner Augusto, que confere nova redação ao art. 2º.

7. O **SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 1** ora em análise não promove alterações substantivas no mérito ou conteúdo material do Projeto de Lei nº 119/2025. Trata-se de aprimoramentos pontuais na técnica legislativa, especialmente ao substituir a menção expressa à "Secretaria de Educação" pela expressão mais ampla "órgãos competentes do Poder Executivo", conferindo maior flexibilidade administrativa na implementação das ações previstas. Ademais, a alteração da redação do caput do art. 2º, substituindo "será efetuada" por "objetiva promover", adequa a norma à natureza programática da política pública, sem impor engessamento à execução. Conforme já analisado pela c. Comissão de Legislação e Justiça desta Casa, os ajustes conferem maior precisão técnica e harmonia ao texto legal. Nesse sentido, mantendo minhas considerações referentes ao Projeto de Lei nº 119/2025 e constatando que o Substitutivo preserva suas disposições essenciais, manifesto-me pela sua APROVAÇÃO.

8. O **SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 2** ora em análise promove alterações que aprimoram a proposição, alinhando-a aos princípios constitucionais de proteção integral da criança e do adolescente. O § 2º acrescido ao art. 1º estabelece salvaguarda fundamental ao dispor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que não configura alienação parental a conduta protetiva adotada em face de genitor condenado por violência doméstica ou que responda por crimes contra criança e adolescente. Tal dispositivo não invade competência privativa da União, mas exerce a competência suplementar municipal (art. 30, II da CRFB/88) para estabelecer diretrizes interpretativas da política pública local, em consonância com o dever estatal de proteção à família e de combate à violência (arts. 226, § 8º e 227 da CRFB/88).

9. A nova redação do art. 2º integra necessariamente as políticas de proteção à infância com as de enfrentamento à violência de gênero, reconhecendo a interseccionalidade dessas questões. A emenda assegura que medidas legítimas de proteção não sejam instrumentalizadas contra genitores que exercem o dever de resguardar seus filhos de situações de violência comprovada ou sob apuração. Nesse sentido, por fortalecer a rede de proteção integral e garantir segurança jurídica às vítimas de violência doméstica, manifesto-me pela sua APROVAÇÃO.

10. A **EMENDA ADITIVA Nº 3**, ao acrescentar dispositivo que ressalva que a comunicação de indícios de violência ou abuso contra criança ou adolescente, feita de boa-fé, não configura alienação parental, embora revele preocupação legítima com a proteção de vítimas, não é suficiente para afastar os vícios de mérito que comprometem o Projeto de Lei nº 119/2025. Isso porque a proposição, mesmo com a inclusão da salvaguarda, mantém-se integralmente fundada no paradigma da alienação parental, ancorado na Lei Federal nº 12.318/2010, atualmente objeto de amplo e consistente questionamento por órgãos nacionais e internacionais de direitos humanos, em razão de sua fragilidade conceitual e de seu uso recorrente para deslegitimar denúncias de violência, especialmente em contextos de disputas familiares. Ademais, a emenda não altera o caráter genérico, declaratório e desarticulado da política pública proposta, que não se integra às políticas municipais já consolidadas de proteção integral à infância e à adolescência, nem se ancora em marcos legais e científicos amplamente reconhecidos. Assim, ainda que introduza ajuste pontual, a emenda não supera o fundamento central que justifica a rejeição da proposição, razão pela qual esta Relatoria opina pela sua REJEIÇÃO.

11. A **EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 4**, embora promova alteração redacional no caput do art. 2º do Projeto de Lei nº 119/2025, não é suficiente para afastar os vícios de mérito que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

comprometem a proposta original. A substituição de expressões não elimina a vinculação da política pública ao paradigma da alienação parental, nem supera as críticas já amplamente formuladas quanto à fragilidade conceitual, à ausência de respaldo técnico-científico e aos riscos de interpretações subjetivas que podem resultar na deslegitimação de condutas protetivas legítimas, especialmente em contextos de violência doméstica e familiar. Ademais, a emenda mantém o caráter genérico e declaratório da norma, sem promover articulação com as políticas públicas já consolidadas no âmbito municipal, razão pela qual esta Relatoria opina pela sua **REJEIÇÃO**.

CONCLUSÃO

12. Em face do exposto, nos aspectos que competem a esta Comissão examinar, opino pela **APROVAÇÃO** do SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 1 e do SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 2, e pela **REJEIÇÃO** da EMENDA ADITIVA Nº 3 e do SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº 4.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2026

PEDRO FARAH Assinado de forma digital
por PEDRO FARAH
ROUSSEFF:155 ROUSSEFF:15598478676
98478676 Dados: 2026.02.09
14:08:31 -03'00'

Ver. PEDRO ROUSSEFF

PT